

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

A Administração do Banco Wooribank do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2014. Em cumprimento ao disposto no artigo 11 do regulamento anexo à Resolução nº 4.122/2012 esta Administração declara aderência ao Plano de Negócios apresentados ao Banco Central do Brasil. O resultado apurado reflete a expectativa de projeção de 2014, com gastos alocados no desenvolvimento de negócios no país. O lucro líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 3.693, no Plano de Negócios o lucro projetado foi de R\$ 3.025. O processo de gestão de capital do Banco é conduzido de forma prospectiva para estabelecer uma avaliação

da necessidade de capital que antecipe a possibilidade de eventos ou mudanças nas condições do mercado. Estes procedimentos são realizados através, principalmente, do acompanhamento do Plano de Negócios e dos Ativos Ponderados por risco.

São Paulo, 31 de março de 2015

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais)			
	2014	2013	
Ativo			
Circulante	396.157	340.461	
Disponibilidades (nota 4)	2.474	3.191	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	221.465	222.999	
Aplicações no mercado aberto	110.434	73.541	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	110.434	53.511	
Carteira própria (nota 6)	–	–	
Vinculados a compromisso de recompra (nota 6)	–	20.030	
Relações interfinanceiras	7.241	799	
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	7.241	799	
Operações de crédito	54.311	39.831	
Setor privado (nota 7)	54.444	40.066	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (f))	(133)	(235)	
Outros créditos (nota 8)	239	93	
Carteira de câmbio	66	–	
Diversos	164	93	
Outros valores e bens	2	7	
Despesas antecipadas	2	7	
Permanente	987	960	
Imobilizado de uso (nota 9)	987	960	
Outras imobilizações de uso	1.287	1.100	
Depreciações acumuladas	(300)	(140)	
Total do ativo	397.144	341.421	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais)					
	Reserva de lucros			Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
	Capital Legal	Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2012	40.000	–	(13)	(798)	39.189
Aumento de capital	37.094	–	–	–	37.094
Ajuste ao valor de mercado - TVM (Nota 6 (a))	–	–	12	–	12
Prejuízo do exercício	–	–	–	(337)	(337)
Em 31 de dezembro de 2013	77.094	–	(1)	(1.135)	75.958
Ajuste ao valor de mercado - TVM (Nota 6 (a))	–	–	(27)	–	(27)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.693	3.693
Destinação:					
Reserva legal	–	185	–	–	(185)
Lucros a distribuir	–	–	2.373	–	(2.373)
Em 31 de dezembro de 2014	77.094	185	2.373	(28)	79.624
Em 30 de junho de 2014	77.094	86	492	(24)	77.648
Ajuste ao valor de mercado - TVM (Nota 6 (a))	–	–	–	(4)	(4)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	1.980	1.980
Destinação:					
Reserva legal	–	99	–	–	(99)
Reserva de lucro	–	–	1.881	–	(1.881)
Em 31 de dezembro de 2014	77.094	185	2.373	(28)	79.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Expressos em milhares de reais)					
1. Contexto operacional: O Banco Woori Bank do Brasil S.A. recebeu autorização para operar pelo Banco Central do Brasil em 22 de março de 2012, por meio do Ofício nº 01824/2012 BCB/DOorf/GTSP1. O Banco está sediado à Avenida das Nações Unidas, 14.171, São Paulo, e possui autorização para operar na forma de banco múltiplo, atuando autônomo a funcionar pelo Banco Central do Brasil com as carteiras comerciais, de investimento e a execução de operações no mercado de câmbio. O Banco Woori Bank do Brasil S.A. iniciou suas operações em 03 de setembro de 2012. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e com os critérios estabelecidos pelo plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF, do Banco Central do Brasil. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução CMN nº 3.565/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução CMN nº 3.804/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes; • Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; • Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • Resolução CMN nº 4.144/12 (R1) - Emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitam com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela CVM, ainda não reconhecidas pelo BACEN. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, bem como da depreciação e as análises de "impairment". A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31 de março de 2015. 3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis são assim resumidas: a) Apuração das receitas e despesas: As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a títulos oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vendidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização ou perdas de caráter permanente. Instrumentos financeiros derivativos: são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Banco não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas com o recebimento, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo mínimo de seis meses, contadas a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Imobilizado de uso: Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil-econômica dos bens. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda por <i>impairment</i> se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não foi identificado					

indicativo de *impairment*. **h) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. **i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Os passivos contingentes** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **o) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. **Os depósitos judiciais** são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **j) Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata") e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata"). **k) Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo, são classificados no longo prazo.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2014	2013
Caixa	28	167
Banco Central Reserva Livre em espécie	420	504
Depósito no exterior em moeda estrangeira	2.026	2.520
Aplicações interfinanceira de liquidez (equivalentes de caixa) (nota 5)	221.465	–
Caixa e equivalentes de caixa	223.939	3.191

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: a) Composição:

	2014	2013
Aplicações no mercado aberto	–	–
Lastro em títulos públicos (i)	–	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	215.063	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.402	–
Notas do Tesouro Nacional, série B - NTN-B	–	222.999
	221.465	222.999

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6 (b))	25.141	8.114
	25.141	8.114

6. Títulos e valores mobiliários: a) Composição: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os títulos foram classificados na categoria disponíveis para a venda, como segue:

	2014	2013	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira própria	110.481	110.434	53.511
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	110.481	110.434	53.511
Vinculados a compromisso de recompra	110.481	110.434	20.030
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	110.481	110.434	73.541

O ajuste de marcação a mercado negativo no valor de R\$ 47 (R\$ 3 em 2013) foi registrado em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários pelo valor de R\$ 28 (R\$ 1 em 2013). b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez.

	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5(b))	25.141	8.114
Rendas de títulos e valores mobiliários	8.393	3.260
	33.534	11.374

7. Operações de crédito: a) A composição do saldo das operações de crédito está assim demonstrada:

	2014	2013
	Setor Privado	Setor Privado
	Indústria	Indústria
Empréstimos	10.045	10.033
Conta Garantida	32.553	30.033
Vendedor PJ - Pré	6.790	–
Repasso moeda estrangeira	5.056	–
Total	54.444	40.066

O resultado auferido no exercício foi de R\$ 5.331 (R\$ 1.669 em 2013). c) A composição do saldo das operações de crédito, por prazo de vencimento, está assim demonstrada:

	2014	2013
	Vencimento até 1 ano	Vencimento até 1 ano
Empréstimos	10.045	10.033
Conta Garantida	32.553	30.033
Vendedor PJ - Pré	6.790	–
Repasso moeda estrangeira	5.056	–
Total	54.444	40.066

Em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 não existiam operações vendidas. d) A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	2014	2013
	% sobre Saldo a carteira	% sobre Saldo a carteira
Os três maiores devedores totalizam	37.174	68.2933
Os demais dez maiores totalizam	17.270	32.11033
Total	54.444	100.4066

e) Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a carteira de operações de crédito e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, estão assim distribuídos:

Nível de risco	Nível de provisionamento	2014				2013			
		Curso Normal	Atraso	Total	Provisão Resoluçào 2682	Curso Normal	Atraso	Total	Provisão Resoluçào 2682
AA	0,5%	27.944	–	27.944	–	16.591	–	16.591	–
A	1,0%	26.500	–	26.500	133	–	–	–	–
Total		54.444	–	54.444	133	23.475	–	23.475	235

f) A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	2014	2013
Câmbio (*)	66	–
Adiantamento de salários	5	–
Adiantamento a fornecedores	–	7
Devedores por depósitos em garantia	7	–
Impostos e contribuições a compensar	41	86
Participações pagas antecipadamente - PLR	82	–
Outros	11	–
Total	239	93

(*) Refere-se a operações de câmbio comprado a liquidar, direitos sobre vendas de câmbio - financeiro, e interbancário com vencimento em até 1 dia útil.

Diretoria	
Byoung Gu Kim - Diretor Presidente	Hwan Yong Shim - Diretor Executivo

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2014	2013
Receitas da intermediação financeira	23.198	41.291	15.069
Operações de crédito (nota 7(b))	3.069	5.331	1.669
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 6 (b))	18.701	33.534	11.374
Resultado de operações de câmbio (nota 13 (a))	1.428	2.426	2.026
Despesas da intermediação financeira	(15.602)	(27.274)	(8.384)
Operações de captação no mercado	(15.282)	(27.071)	(8.177)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(305)	(305)	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (f))	(15)	102	(207)
Resultado bruto da intermediação financeira	7.596	14.017	6.685
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.961)	(7.748)	(6.985)
Receitas de prestação de serviços	57	92	34
Rendas de tarifas bancárias	8	17	5
Despesas de pessoal (nota 15)	(1.802)	(3.324)	(2.716)
Despesas administrativas (nota 17)	(1.830)	(3.799)	(3.824)
Despesas tributárias (nota 16)	(372)	(683)	(484)
Outras receitas operacionais	30	34	8
Outras despesas operacionais	(52)	(85)	(8)
Resultado operacional	3.635	6.269	(300)
Resultado não operacional	–	–	6
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	3.635	6.269	(294)
Imposto de renda e contribuição social (nota 18)	(1.505)	(2.336)	(43)
Provisão para imposto de renda	(936)	(1.451)	(22)
Provisão para contribuição social	(569)	(885)	(21)
Participação estatutária no lucro (nota 18)	(150)	(240)	–
Lucro/(prejuízo) do Semestre/exercício	1.980	3.693	(337)
Número de ações (em milhares)	77.094	77.094	77.094
Lucro/(prejuízo) por lote de mil ações - R\$	25,68	47,90	(4,37)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.980	3.693	(337)
Lucro (prejuízo) do semestre/exerc			